

## MARCHA DO INÍCIO AO FIM: IDEOLOGIA E MEMÓRIA DA/NA LÍNGUA

Luiza Boézzio Greff\*  
Bruna Cielo Cabrera\*\*

**Resumo:** Voltando-nos para uma discussão que entrelaça saberes da Análise de Discurso pecheutiana e da História das Ideias Linguísticas, dedicamos ao discurso dicionarístico uma leitura materialista, compreendendo-o como afetado tanto pelas condições de produção, em que se constrói, quanto por sua relação com os sujeitos e a ideologia. Dedicamo-nos a analisar os verbetes para o termo *marcha* em dicionários da Real Academia Espanhola, exemplares dos séculos XIX, XX e XXI. Tal busca faz parte de uma investigação que visa responder: quais os efeitos de sentido em circulação quando o nome *marcha* é empregado na nomeação do evento que configura nosso objeto de estudo, a *Marcha del Silencio*? Mobilizando noções como memória, ideologia e efeito metafórico, este artigo apresenta algumas reflexões sobre este tema.

**Palavras-chave:** Discurso. Instrumentos Linguísticos. Língua. Nomeação. Efeito Metafórico.

**Abstract:** Focusing a discussion that interweaves knowledges of French Discourse Analysis and History of Linguistic Ideas, we dedicate to the dictionary discourse a materialistic reading, understanding it as affected by conditions of production, wich it is inserted, and by its relation with subjects and ideology. We dedicate to analyze the entries for the term *march* in dictionaries of the Spanish Royal Academy, from the XIX, XX and XXI centuries. This investigation is part of a research: what are the meaning effects in circulation when the name *march* is used at the naming process of the event that sets our object of study, the *Silent March*? Mobilizing notions such as memory, ideology and metaphorical effect, this work presents some reflections about this topic.

**Keywords:** Discourse. Language Tools. Language. Naming process. Metaphorical Effect.

### 1. Primeiros passos

... como me cuesta quedarme  
me cuesta marcharme

---

\* Graduada em Letras Português (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL-UFSM), com ênfase nos estudos em Análise de Discurso de matriz francesa, sob orientação da Profª Drª. Amanda Eloina Scherer. [izabgreff@gmail.com](mailto:izabgreff@gmail.com)

\*\* Graduada em Letras Português (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL-UFSM), com ênfase nos estudos em Análise de Discurso de matriz francesa, sob orientação da Profª Drª. Amanda Eloina Scherer. [bruna.cielo.c@gmail.com](mailto:bruna.cielo.c@gmail.com)

*me cuesta olvidar*<sup>1</sup>  
(Jorge Drexler)

O primeiro passo foi dado em direção ao “prado vacío, un país con el nombre de un río” por um interesse afetivo: que aromas e cores, que espírito sul-americano, que essência nostálgica constitui o Uruguai, que permite que de lá escreva Mario Benedetti e provoque tantos sentidos aqui? Buscando por cafeterias pouco iluminadas e pelo vento frio das *ramblas*, encontramos uma história que, enquanto sujeitos brasileiros, nos é familiar.

Em um cartaz preto e branco fixado no mural de entrada da Universidad de La Republica (Montevideu), parecido com quase todos os outros com os quais já havíamos nos deparado, havia um convite. Já datava junho e estávamos diante de uma convocação tardia: no dia vinte de maio do ano de 2014, seria realizada a já tradicional *Marcha del Silencio*. Contudo, aceitamos o convite e o cartaz foi trazido ao Brasil, tornando a *Marcha*, seu silêncio e sua história nossos objetos de interesse acadêmico.

Interessou-nos a *Marcha*, mas interessou-nos, primeiramente, como questão teórica e analítica, o silêncio da/na marcha e dedicamo-nos a ele desde então. Sendo assim, comprometemo-nos a abordá-lo por um viés discursivo, ancorando-nos em um dispositivo teórico metodológico oferecido pela Análise de Discurso de matriz francesa (doravante, AD). Tal mirada teórica ofereceu-nos (e oferece-nos) senão respostas, possibilidades de compreender os processos de produção de sentidos envolvidos no discurso desse evento e, mais do que qualquer outra oferta, suscitam uma pluralidade de interrogações sobre os diferentes aspectos da constituição e significação de nosso objeto de interesse.

Interessa-nos as condições de produção desse evento, interessa-nos sua história e sua memória, interessa-nos, sobretudo, o(s) discurso(s) que dele/nele emergem. Acreditamos que o caminho mais adequado para que nos afastemos de um entendimento do objeto que responda a uma ilusão de totalidade ou a assunção de evidência dos sentidos em circulação seja dedicarmo-nos, passo a passo, à sua leitura e compreensão. Neste artigo, apresentaremos um dos passos que compõem nossa marcha em busca de compreender as diversas nuances de nosso objeto de estudo.

Propomos, neste estudo, deslocar nosso objeto para um lugar outro e tal deslocamento é possibilitado pela noção teórica propiciada pela AD de que os discursos

---

<sup>1</sup> Trecho da música *Un país con el nombre de un río*, do cantor e compositor uruguaio, Jorge Drexler.

podem apresentar-se sob diversas materialidades significantes. Sendo assim, tomamos a *Marcha del Silencio* como discurso, tomado aqui em uma perspectiva pecheutiana (PÊCHEUX, ([1988] 2009), em relação indissociável com a ideologia, a história e a memória. A partir do ponto teórico-metodológico no qual nos alocamos para realizar nosso gesto interpretativo (ORLANDI, 2013), assumimos que nossa leitura é apenas uma das possíveis e que os conceitos que mobilizaremos são apenas parte dos vários que poderiam ser mobilizados em diferentes leituras de diversos sujeitos.

A realidade de que não podemos caminhar em todas as direções ao mesmo tempo nos orienta no processo de delimitação de uma questão analítica norteadora: são reflexões referentes ao processo de deslocamento de sentidos (NUNES, 2013) envolvidos no processo de nomeação (GUIMARÃES, 2005; ORLANDI, 1993) do evento de mobilização popular uruguaia (a *Marcha*) que tematiza este estudo.

Realizaremos uma análise discursiva dos verbetes para o vocábulo *marcha*, em dicionários de língua espanhola produzidos pela Real Academia Espanhola. Buscaremos, no trabalho de leitura e análise desse *corpus*, compreender como os significados estabilizados, via o instrumento linguístico (AUROUX, 1992) dicionário, para este substantivo deslizam até que seja possível nomear o evento que aqui estudamos como *Marcha del Silencio* e que tal nomeação provoque efeitos de sentido que encaminham-nos para leituras tão diversas.

## 2. *Marcha soldado...*

Dar início a uma fala ou um texto é sempre um momento de apreensão, a ação de romper o silêncio ensurdecido em vista de tudo o que pode ser dito. Contudo, não somos as primeiras a romper o silêncio primordial que antecede o discurso, apenas damos continuidade a esse, inserindo-nos nele como mais uma voz. Assim como nos inserimos, em marcha, na *Marcha*: nossos pés junto aos pés de dezenas de milhares de pessoas, em silêncio.

E como inserir-nos nesse discurso do saber científico sobre a língua, a linguagem e os sentidos, discurso em que tanto já foi dito? Por questões que fogem ao foco deste texto, cabe-nos iniciar reconhecendo a voz que, em nossa trajetória, nos antecede: em nosso primeiro movimento de reflexão sobre os sentidos para a palavra *marcha*, retomamos

o trajeto percorrido por José Horta Nunes em seu texto *Marchas urbanas: das redes sociais ao acontecimento*. Nesse artigo, o autor propõe apresentar uma análise discursiva da “escrita nas redes sociais e no acontecimento das marchas” (2013, p. 65), ocupando-se das marchas urbanas como “da Maconha”, “da Liberdade” e “das Vadias” em suas edições brasileiras realizadas nos últimos anos. Como parte de seu dispositivo metodológico, o autor buscou os significados para a palavra *marcha* constantes no dicionário brasileiro Aurélio<sup>2</sup> e, a partir desses sentidos em circulação no instrumento linguístico (AUROUX, 1992), teceu suas reflexões e considerações sobre os efeitos de sentido que, em sua leitura, foram evocados.

Ainda que tomados por inquietações diferentes, tal referência de estudo tornou-se nossa inspiração. Em decorrência de especificidades do objeto pelo qual nos interessamos, as obras que compõem nosso *corpus* diferem daquelas que foram consultadas por Nunes (2013). Compreendemos que seria conveniente que os dicionários consultados em nosso estudo estejam em consonância com a língua cujo objeto de estudo é nomeado; por essa delimitação metodológica, consultamos obras exclusivamente produzidas e publicadas em língua espanhola. Sendo assim, tendo demarcadas tais questões e nos apresentado na cidade de Montevideú para participarmos da 20ª edição da *Marcha*, no ano de 2015, utilizamos como fonte os dicionários de língua espanhola disponíveis em bibliotecas (da Universidad de la Republica e Biblioteca Nacional), livrarias e sebos (espaços de comércio de livros usados) da capital uruguaia.

Dediquemos um momento, antes de apresentarmos nosso arquivo de pesquisa, para refletir sobre o motivo que nos levou a buscar os significados (e, a partir deles, os efeitos de sentido em nossa leitura produzidos) de *marcha* primeiramente em dicionários. Tomamos como referência sobre o processo gramatização e instrumentalização das línguas as reflexões de Auroux (1992), que nos permitem pensar o dicionário como um instrumento linguístico e tecnológico. Sob este viés, o dicionário e a gramática são pensados como instrumentos de produção (estabilização e veiculação) de saberes sobre as línguas e objetos de saber que constituem o que o autor chama de revolução tecnológica da gramatização.

Sendo assim, um dicionário não nos apresenta apenas acepções, sinônimos, antônimos, mas um espaço para a observação das transformações da língua – em diferentes

---

<sup>2</sup> Não há indicações, no corpo do texto ou nas referências bibliográficas, sobre o ano ou edição do dicionário Aurélio consultado pelo autor.

condições de produção como período histórico, contexto social e, principalmente, perspectivas teóricas. A análise de verbetes, por este viés, apresenta-nos possibilidades de reflexões sobre a historicidade dos sentidos da língua, enquanto “questiona a transparência dos sentidos e procura-se compreender de que modo esse verbebo tem a ver com a sociedade e com a história” (NUNES, 2006, p. 16). Trata-se, então, de questionar o sentido estabilizado e tomado por evidente, buscando compreendê-lo em suas relações com a exterioridade que lhe é inerente.

Compreendemos, ainda pensando o instrumento segundo as reflexões de Auroux (1992), que o dicionário é um espaço de *manutenção* da língua: um lugar de gerência das alterações sofridas pela língua, mas também de conservação do conhecimento linguístico já desenvolvido. Essa conservação promove uma (ilusória) estabilidade dos significados e sentidos, pois é ao dicionário que recorremos quando uma dúvida sobre o significado de determinada palavra nos assalta, com a equivocada certeza de que dele obteremos todas as respostas. É ao dicionário que ofertamos o posto imaginário de guardião de significados e sentidos estáveis, fixos, imutáveis e sempre corretos, chegando ao ponto de, se tomados por uma ingenuidade arrebatadora, acreditarmos (e fazermos acreditar) que o que não está no dicionário, então “não existe”. Foi por esse papel de manutenção dos saberes da língua, essa ideia de imobilidade dos significados e sentidos e tomados pela inquietude que tal firmeza proporciona, que consultamos este instrumento como fonte para o primeiro passo de nosso estudo.

Vimos a depararmos com uma abundância de materiais disponíveis para pesquisa, tornando a delimitação de nosso *corpus* de estudo um desafio: como estabelecer recortes nesse vasto *corpus* e selecionar os verbetes a serem aqui estudados e analisados? Novamente dedicamos nossa atenção e esforços para realizar o movimento que, acreditamos, melhor atendesse às especificidades de nosso objeto. Assim, tornou-se necessário que atentássemos para as duas instituições responsáveis pela produção dos dicionários disponíveis, das quais trataremos a seguir.

Tivemos acesso a nove dicionários nas bibliotecas visitadas (Biblioteca Nacional e Biblioteca da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade da República): seis foram produzidos pela *Real Academia Española* (doravante, RAE) e três dicionários foram produzidos na França, mais especificamente em

Paris, com a indicação de que o órgão responsável é *La Libreria de La Vda de CH. Bouquet*. Os dicionários da RAE nos ofereceram definições de marcha produzidas durante os séculos XIX, XX e XXI<sup>3</sup> e os demais datam dos séculos XIX e XX<sup>4</sup>.

A oferta de instrumentos produzidos ao longo de três séculos em diferentes espaços de circulação (França e Espanha) nos brindou com a possibilidade de observar como se transformam, em um contexto histórico, social e ideológico dado, não só o conhecimento sobre a língua, mas também seus sentidos. Porém, optamos por seguir uma linha metodológica que atendesse aos pormenores da língua materna de nosso objeto. Logo, nosso recorte elenca para esse estudo os dicionários produzidos pela Real Academia Española, por acreditarmos que, sendo esta uma instituição acadêmica responsável por, em colaboração com mais 21 academias, tutelar a língua espanhola nos países hispânicos (ALVES, 2011, sp.), sua importância para a produção de conhecimento sobre a língua é de fato notável.

A existência e pleno funcionamento da RAE, responsável pela produção de instrumentos linguísticos destinados ao estudo da língua espanhola em uma pluralidade de países é justificada como uma tentativa “de garantir a unidade da língua e assim permitir que os indivíduos se reconheçam como membros da mesma comunidade linguística”, (ALVES, 2011, sp.). Embora existam, hoje, projetos novos/renovadores que proponham apurar dos instrumentos linguísticos, a partir de produções de instituições “alternativas”, mais comprometidas com a descrição e instrumentação de uma língua *em uso*, como nos apresenta José Del Valle (2015), a ampla circulação de instrumentos linguísticos da RAE<sup>5</sup>, sua relação com a política de língua espanhola e o grande prestígio de que desfruta são, também, alguns dos motivos que nos encaminharam a optar por esses instrumentos como fonte de busca para este estudo.

Retomamos o estudo de José Horta Nunes para pensarmos os significados de *marcha* em circulação nos instrumentos linguísticos de língua brasileira. O autor afirma que “os sentidos de ‘marcha’ enquanto acontecimento público e de reivindicação” (NUNES, 2013, p. 67) não estão estabilizados nos dicionários brasileiros e, sem exatamente

---

<sup>3</sup> Os dicionários da RAE consultados datam 1884, 1914, 1970, 1984, 1992 e 2001.

<sup>4</sup> Os dicionários da *La Libreria de la Vda de CH. Bouquet* datam 1899, 1906, 1978.

<sup>5</sup> Cabe aqui mencionarmos que tal “soberania” da RAE provoca-nos a refletir sobre questões voltadas para as políticas de língua e o funcionamento político da língua, sobre a relação entre os aparelhos ideológicos do estado (ALTHUSSER, 1970) e a língua: questões de imensa importância, mas que desviam de nosso foco.

surpreendermo-nos, encontramos o mesmo nos dicionários de língua espanhola da RAE. Não há, nas acepções de *marcha* nos dicionários por nós consultados, definições que se aproximem a *outros* sentidos evocados, como, por exemplo, o de acontecimento público de reivindicação (NUNES, 2013)<sup>6</sup>. Na totalidade dos dicionários consultados, é comum ao verbete a “ação/ato de marchar” e “tempo que alguém ocupa caminhando” (tradução nossa). Sentidos previstos, uma vez que o substantivo deriva do verbo *marchar*, que, na língua espanhola, também segundo os dicionários consultados, pode apresentar significações de caminhar e/ou caminhar com a tropa.

Ainda estabelecendo diálogo com a leitura de Nunes (2013), colocamos que em sua busca foram encontradas as acepções “cortejo, préstito, séquito: marcha triunfal” (p. 67), que, para o autor, constroem uma sinonímia para sentidos de cortesia, homenagem ou solenidade, e também evocam a memória militar com “passo cadenciado” (p. 67). Se, para Nunes, a *marcha* no dicionário Aurélio evoca uma memória militar por sua menção ao passo cadenciado, a *marcha* apresentada nos dicionários da RAE nos trazem essa memória com uma força ainda maior.

A significação comum a todos os dicionários consultados (datados de 1884; 1970; 1984 e 2001), relacionada à memória militar é: *toque de caja ó de clarin para que marche la tropa ó para haver los honores supremos militares; la que se halla designada para tocarla cuando pasa el rey ó el Santísimo Sacramento* (RAE, 1884; 1970; 1984; 2013). As edições de 1970 e 1992 apresentam duas novas acepções (que, em nossa leitura, relacionamos ao militarismo) incorporadas ao verbete. Na edição do ano de 1970 incorpora-se: “marcha real fusilera: antigua marcha real, usada después de los atos palatinos” (RAE, 1970, p. 846), que vem a ser uma música de cerimoniais militares; e, na edição do ano de 1992: “movimiento de las tropas para trasladar-se de um punto a otro” (RAE, 1992, p. 654). Notamos que, além dos sentidos relacionados ao militarismo, há também sentidos que se inserem em uma rede de sentidos religiosos, com menção de “Santíssimo Sacramento”, evocando sentidos que remetem ao cristianismo e seus rituais de

---

<sup>6</sup> Guiados por Nunes (2013), pensamos nesse momento as marchas (assim nomeadas) “atuais”, ou seja, recentes, que ocorrem em diversos locais do Brasil e do mundo. A primeira *Marcha das Vadias* brasileira, por exemplo, aconteceu no ano de 2011, entretanto, recuando na história do país, podemos relembrar a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em 1964. E, ampliando nosso horizonte, podemos relembrar as marchas (também “do silêncio”), em 1948, na Colômbia, ou, em 2015, na Argentina. Desta forma, acreditamos que a nomeação desses eventos como *marcha* não apresenta uma data estabelecida, mas sua evocação contribui para a constituição de uma memória discursiva (PÉCHEUX, 2010) sobre tal objeto.

fé, e de Estado, evocando a figura do Rei, chefe máximo da monarquia (regime de Estado em que governa um rei ou um imperador).

Identificamos, nessa leitura primeira, três grandes sítios de significância (ORLANDI, 1993): militarismo, religião e organização do poder estatal. Buscamos compreender como esses sítios se relacionam e se entrecruzam. Segundo reflexões de Althusser (1970), identificamos que em todos os três núcleos de significação está em funcionamento uma noção de controle do(s) sujeito(s). Interessa-nos nesse ponto o que esse autor propõe sobre o funcionamento dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e Aparelhos de Estado (AE), tomados como “realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1970, p. 43), são capazes de exercer pela ideologia (p. 46) (e não apenas pela violência, como o repressor Aparelho de Estado, da teoria marxista) o controle e a repressão dos sujeitos em suas práticas tanto religiosas quanto políticas e sociais.

Em sua reflexão, o filósofo destaca os AIE religioso e político como parte do funcionamento no processo de sujeição dos sujeitos, o que leva o sujeito a “reconhecer” seu lugar no processo de produção e divisão do trabalho, admitindo-o como “natural” e, em geral, inquestionável por efeito da ideologia do Estado (dominante e hegemônica). Junto desses aparelhos, que atuam no processo de reprodução por seu efeito ideológico, sob a ótica althusseriana, o exército é, também, um aparelho que prevê o controle. Toma-se então a noção de militarismo reportando-se a um Aparelho de Estado (AE), que difere por seu funcionamento não puramente ideológico (pensando nas noções de hierarquia, da ordem, do serviço à pátria e do não questionamento de todas as proposições por parte dos sujeitos envolvidos no funcionamento desse AE), mas também violento (exercendo sua função de polícia e de força armada).

Tais significados institucionalizados e veiculados pelos dicionários mais consultados e difundidos da língua espanhola mobilizam, em nossa leitura, efeitos de sentido que contrastam significativamente com os sentidos que *marcha* pode evocar na nomeação do evento de que nos ocupamos em nosso estudo. Quando refletimos sobre a constituição e funcionamento material dos Aparelhos Ideológicos do Estado e Aparelhos do Estado, não é possível ignorar que a ideologia que os rege, necessariamente hegemônica, pode guiá-los a ações perturbadoras. Não questionamos apenas a sujeição dos sujeitos que

sofrem sua ação, tendo claro que tal efeito é consequência do processo de reprodução no qual estamos inseridos. Questionamos, junto a uma legião de vozes, o funcionamento de um AIE que serviu, ao longo da história ocidental, à propagação não apenas do amor cristão, mas de intolerâncias e interesses econômicos que se apresentavam como sacrifícios necessários para a comunhão com um deus que esteve sempre inatingível. Questionamos o AE militar por sua atuação não como proteção, mas como arma de extermínio, força bélica treinada para o combate sem questionamentos, sem reflexões.

A atuação da aparelhagem estatal sobre a sociedade e seus sujeitos não é necessariamente visível a todos: sendo um trabalho ideológico, retomamos a ideia de que a ideologia dissimula seus efeitos – é parte de seu trabalho. Assim, os AIE (ideológicos) e o AE (repressor) têm seus efeitos dissimulados por seu funcionamento: a noção de militarismo, por exemplo, pode evocar sentidos que dizem respeito à segurança nacional e ao amor à pátria. Por outro lado, pode evocar sentidos que tangem a guerra, a repressão, o controle. Como sabemos, os sentidos não estão “descolados” e insensíveis à exterioridade. O efeito de sentido provocado por tais entradas dicionarísticas para a palavra *marcha* previstas nos dicionários consultados estão sujeitos ao funcionamento da memória, das condições de produção e dos gestos de leitura realizados pelos sujeitos.

Os resultados de nossa busca mostraram-se em consonância com aqueles apresentados por Nunes (2013) e reforçamos a ideia de que há uma ligação inegável, mas nem por isso menos tensa, entre *marcha* e militarismo. Tal efeito de sentido remete à superfície do evidente, aos sentidos que circulam em nossas memórias: não é difícil lembrarmos de marchas de soldados em eventos de comemoração ao dia da pátria ou outra comemoração cívica. Não é menos familiar a cantiga popular que traz em seus versos soldados “cabeça de papel” que obedecem às ordens rígidas, sob pena de serem presos no quartel.

O que foge ao transparente da significação nessa relação entre os significados e sentidos previstos para *marcha* nos dicionários da RAE e uma memória militar são os efeitos que nos provoca. Tal memória não é pacífica para nós, sujeitos da América Latina: conhecemos uma face do AE militar que se tornou impossível de esquecer, servindo como braço armado do AIE estatal e por vezes confundindo-se com ele. A memória do militarismo na América Latina é responsável por pesadelos que representam golpes na

democracia, violação de liberdades individuais, desrespeito a direitos básicos dos cidadãos, violências de toda sorte. E é como efeito da ação desses aparelhos, que trabalham ora pela ideologia, ora pela violência e, não raro, sempre dispostos a vigiar e punir qualquer sujeito que ousar resistir e questionar a ordem, que uma das piores memórias da história dos países da América Latina é constituída: as ditaduras militares.

### 3. *Quem não marchar direito...*

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai: em comum, além de sua posição ao sul da América do Sul, compartilham a memória devastadora do enfrentamento de ditaduras militares. E o que destacamos como denominador comum a todos os regimes ditatoriais que se estabeleceram nesses quatro países é a violência brutal, o desprezo pelas liberdades individuais e pela política democrática.

No Uruguai, a ditadura das décadas de 1970 e 1980 “implicou na ocupação militar do país e na utilização de todos os recursos estatais disponíveis” (humanos, políticos, econômicos, militares, psicológicos, culturais, técnicos, ideológicos, repressivos), permitindo “aos setores militares desempenhar funções policiais, controlar e vigiar o tecido social, assumir responsabilidades pelas funções de defesa das instituições, manterem a ordem e garantir a segurança” (PADRÓS, 2012, sp.). Em que poderia resultar uma ideologia estatal que visa completo domínio dos sujeitos, tendo por “inimigos” aqueles que ousam subverter a ordem, e que conta com a ação de um aparelho repressivo treinado para a guerra? Vigilância. Violência. Tortura. Desaparecimentos. Mortes. E, sobretudo, injustiça.

Assim se configura a memória de parte do corpo social afetado pelo regime ditatorial uruguaio: centenas de cidadãos foram mortos e seus corpos jamais foram velados. Centenas de cidadãos restam, ainda hoje, como desaparecidos e deles não há notícia. Centenas de cidadãos foram presos e torturados e para esses, não há pedido de perdão que possa apaziguar a memória. E, além das vítimas, restam familiares e demais sujeitos empenhados em não deixar que se dissolva no tempo essa memória: não por uma romantização do sofrimento, mas como um sinal de alerta de que a liberdade e a democracia são frágeis. É por sujeitos que compartilham dessa memória que é composta a

*Marcha del Silencio*, manifestação popular que ocorre há mais de vinte anos na cidade de Montevideú, tomando a rua<sup>7</sup> com milhares de marchantes em silêncio.

Assim como os regimes político-estatais do país, a *Marcha del Silencio* também tem sua história. Infelizmente, não contamos ainda com uma sistematização das informações disponíveis sobre as diversas edições da mesma, nem com um texto acadêmico que dê conta de dissertar e refletir sobre as condições de produção desse evento, historiando-o, historicizando-o. Contamos, porém, com o esforço incansável de mães e familiares (e demais militantes da causa) em atualizar *sites* e responder às nossas questões<sup>8</sup>.

A *Marcha del Silencio* acontece desde o ano de 1996, no dia vinte de maio; desde o ano inicial, todos os anos, milhares de cidadãos marcharam pelas principais ruas do centro da cidade em um cortejo silencioso pelas centenas de vítimas do regime ditatorial. O silêncio não existe ali apenas para os mortos e desaparecidos, mas para os muitos que ainda estão marchando por uma memória que lhes dói pela vivência, pela memória construída sobre dos relatos de seus familiares, pela memória que faz parte da memória de um país e seu povo.

#### 4. O caminho de uma marcha à outra

Partimos a articular e apresentar nossas reflexões discursivas sobre o termo *marcha*, mobilizado para a nomeação de nosso objeto de interesse e estudo: a *Marcha del Silencio*. Tomamos, então, algumas propostas do professor e pesquisador Eduardo Guimarães, em sua obra *Semântica do acontecimento* (2005), no que toca ao conceito de nomeação. O autor pensará sobre este processo por um viés enunciativo, considerando-o como o “funcionamento *semântico* pelo qual algo recebe um nome” (GUIMARÃES, 2005, p. 9, grifo nosso), isto é, pensa a nomeação como uma forma de *construção* de sentidos que se dá numa relação do sujeito com a língua. Articulamos essa reflexão com os conhecimentos oriundos das leituras em Análise de Discurso, buscando um viés materialista, assim, consideramos que a relação do sujeito com a língua (e a produção de

---

<sup>7</sup> A *Marcha del Silencio*, desde sua primeira edição em 1996 percorre o trajeto compreendido entre a *Plaza a los desaparecidos en America Latina* e a *Plaza Libertad* (também conhecida como *Plaza Cagancha*), ambas localizadas no centro da cidade de Montevideú.

<sup>8</sup> Destacamos o *site* mantido pelo Grupo de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. Disponível em: <<http://desaparecidos.org.uy/marcha-del-silencio/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

sentidos, por conseguinte) se dará sempre na história, entrelaçando sujeito, língua, ideologia e exterioridade (condições de produção).

Já Orlandi compreende que o processo de nomeação estabelece “sítios de significância” (1993, p. 15), isto é, ao nomear algo, o sujeito institui um processo que se aproxima da construção de limiares de significância, tornando possível a interpretação. Logo, por essa mirada, vamos compreender que o processo de nomeação não consiste na simples ação de atribuir nomes; transformar “*uma coisa*” em “*a coisa*”, não se trata apenas de individualizar sujeitos ou elementos. Compreendemos que *o nome* é parte constitutiva de um discurso *do* elemento e que, como elemento nuclear no processo de nomeação, é constitutivo também do processo de produção de sentidos que são postos em funcionamento nesse/por esse discurso.

Evocamos a relação da língua, do sujeito e do discurso (e, portanto, da constituição dos sentidos) com a exterioridade. Para ilustrar nossa reflexão, arriscamos: refletimos sobre os (efeitos de) sentidos evocados pela nomeação de uma rua, uma avenida, uma via pública qualquer. Durante um determinado período da história do Brasil, diversas ruas foram nomeadas utilizando-se dos nomes de figuras símbolo de patriotismo, bravura e eminência em determinada área (da vida pública, das artes, das ciências, da religião): na cidade de Porto Alegre (RS), por exemplo, diversos logradouros ostentavam (e ainda ostentam) nomes que, ao evocar memórias sobre determinados sujeitos, homenageavam tais figuras (hoje, em diferentes condições de produção, controversas) de nossa história que significavam um discurso de sentidos atrelados à atuação política das Forças Armadas ou um período em que a democracia fora golpeada pela ditadura militar.

Uma das avenidas mais importantes da capital gaúcha chamava-se Castelo Branco – nome do primeiro presidente da ditadura militar brasileira. Em determinadas condições de produção, tal nomeação provocava sentidos de aclamação a um “grande líder”. Mudam-se as condições de produção: mudam-se os sujeitos, as filiações ideológicas e, como não poderia deixar de ser, os sentidos. Em um cenário político que favorece a discussão sobre os horrores da ditadura no Brasil, um projeto de lei aprovado pela câmara de vereadores de Porto Alegre, em 2014, renomeia tal via pública: Avenida da Legalidade e

da Democracia<sup>9</sup>. Ao renomear-se tal avenida, agora utilizando-se de “Legalidade” e “Democracia” (dois termos que não faziam parte do vocabulário do regime ditatorial), não só instaura-se um novo sítio de significância, como também mexe-se com a memória dos sujeitos. Outrora, em condições de produção de liberdades cerceadas e de uma ideologia voltada à repressão e à instauração de uma ordem militarista, eram homenageados golpistas, ditadores, agressores da democracia; hoje, desfrutando dos direitos garantidos pelo Estado democrático, a homenagem é à própria Democracia, instigando o sujeito a mobilizar memórias sobre a história nacional.

Pensamos então as relações entre o discurso, a ideologia, a memória, o sujeito e o que há de político e simbólico nesses elementos: não é possível domesticar a significação. Fazemos constar em nossa leitura o forte apelo à memória que o processo de nomeação carrega em si. Os sentidos que um nome (em uma perspectiva discursiva) evoca não são criados nos ou pelos sujeitos que nomeiam: o sujeito não é a origem de seu dizer e nem inaugura, com seus discursos, os sentidos. Há em funcionamento uma rede de memórias: histórica, social e coletiva (DAVALLON, 2010; HALBWACHS, 2003; PÊCHEUX, 2010; 2011), subjetiva e discursiva (PÊCHEUX, 2010).

De acordo com as proposições pecheutianas, os sentidos se constituirão no interior das formações discursivas dadas, em uma relação de palavras, sujeitos, ideologia, história e memória. O nome *Marcha*, mobilizado e empregado na nomeação do evento do qual nos ocupamos, carregará consigo não apenas os significados estabilizados via instrumento linguístico, mas os *sentidos* em circulação (sempre possíveis de serem outros, ainda segundo Pêcheux), impossíveis de contenção<sup>10</sup>. O sujeito é capaz de nomear, buscando um determinado efeito de sentido, mas é incapaz de, com essa sua escolha – que lhe oferece a ilusão do sentido unívoco –, controlar as significações desse nome em diferentes formações discursivas e ideológicas, em diferentes condições de produção e em diferentes sujeitos que se mantêm em circulação nestes espaços.

---

<sup>9</sup> Jornal Zero Hora. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/10/camara-de-vereadores-oficializa-mudanca-de-nome-da-avenida-castelo-branco-4610878.html>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

<sup>10</sup> Chamamos atenção para a distinção entre *significado* e *sentido*, uma vez que, colocando-nos em um espaço teórico da AD, acreditamos que o *sentido* não “cabe” no instrumento linguístico, uma vez que se constitui na relação da língua com o sujeito, a ideologia e com a exterioridade, ambos constitutivos do sentido.

Tendo em vista essa discussão, aproveitamos o dito anterior e nos detemos rapidamente para pensar sobre: *escolheu-se* o nome *marcha* para estes movimentos de protesto? Para abordarmos esse questionamento, tomamos a discussão sobre esquecimento, proposta por Pêcheux (2009), o qual leva o sujeito a “iludir-se” (inconscientemente) sobre uma relação natural entre o pensamento, o mundo e a linguagem. Esse esquecimento é da ordem da enunciação: borra-se<sup>11</sup>, para o sujeito, a possibilidade de dizer de outra maneira aquilo que é dito. Sendo assim, não acreditamos que haja uma *escolha consciente* do nome *marcha* entre tantos outros, mas um processo determinado por fatores históricos, sociais e ideológicos, que mobilizam memórias e sentidos que podem não estar na superfície, mas estão na opacidade do discurso de protesto. “O sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva<sup>12</sup> (doravante, FD) que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, 2009, p. 161, grifo do autor). Assim, acreditamos, os sujeitos que nomeiam tal evento de protesto e resistência são afetados pelos discursos sobre a ditadura, sobre o militarismo e sobre a resistência democrática que circulam em suas FDs e oferecem-lhes possibilidades de paráfrases, ressignificações e mover de sentidos.

Por fim, compreendemos que esta nomeação, afetada pelo esquecimento pecheutiano, só é possível por haver um deslizamento de sentidos entre (I) *marcha*: dos significados dicionarizados, estabilizados e institucionalizados, evocando efeitos de sentido que nos orientam para uma memória de militarismo, de repressão (via Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, [1969] 1970); e (II) *marcha*: cujos sentidos “enquanto acontecimento público e de reivindicação não estabilizados” (NUNES, 2013, p. 67) nos verbetes dos dicionários, sejam eles brasileiros (como compreende Nunes (2013), em sua leitura) ou espanhóis (como pudemos perceber em nossa investigação dos dicionários consultados para tal trabalho).

Esse deslizamento de sentidos é constitutivo do efeito metafórico (PÊCHEUX, 1990), compreendido não como mera substituição de termos e desvios de sentidos, mas, sim, como substituição de termos equivalentes em um determinado contexto. Dessa forma,

---

<sup>11</sup> Utilizamos o verbo “borrar”, pois acreditamos impossível a possibilidade de qualquer apagamento das teias da memória. Em algum momento, o sentido pode ser retomado do interdiscurso e trazido à tona para funcionar novamente, produzindo sentidos no discurso dos sujeitos; sejam esses os mesmos ou outros.

<sup>12</sup> Pra Orlandi (2013), as formações discursivas podem ser compreendidas como regionalizações, segmentações do interdiscurso e as formas específicas que os discursos assumem em suas relações.

o efeito metafórico pensado por Pêcheux está relacionado, também, à paráfrase: repete-se *marcha*, agora, em condições de produção diversas, em uma diversa formação discursiva (que, segundo “podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (ORLANDI, 2013, p. 22)), até que se metaforize este termo.

No processo de metaforização, os sentidos deslizam do *mesmo* para o *outro* conferindo a estes sentidos que são inegavelmente diferentes dos primeiros – o que não implica, necessariamente, em um paradoxo ou uma contradição, mas *diferença*. Essa diferença se instaura em um momento impreciso, em que há um rompimento com a repetição (parte do processo de constituição do efeito metafórico) possibilitando que novos sentidos emerjam como possíveis. Os “sentidos possíveis”, (ilusoriamente) “novos” estão e estarão sempre em relação com outros (“velhos” e estabilizados). É preciso haver o *um* para que haja o *outro*.

Dessa forma, pensamos que a nomeação de *Marcha (del silencio)* é possível por um processo de deslizamento de sentidos – efeito do efeito metafórico. O que permite que *marcha*, nome que tivera seus sentidos tão categoricamente atrelados a um sítio de significância tomado pela memória do militarismo e de outros mecanismos de repressão/controlado, passe a significar “do outro lado”: no lado da resistência, da luta por democracia e direitos básicos do cidadão (como liberdade e respeito aos direitos humanos). Hoje, ainda que não contemplados pelos instrumentos linguísticos (via construção de saberes sobre a língua, estabilizando significados no discurso dicionarístico), os sentidos para o termo *marcha* inscrevem-se, também, em um sítio de significância tomado por uma memória de movimentos sociais, protestos, reivindicações, manifestações populares e revoltas.

## 5. Marchar para não marchar

Nesta caminhada, nossos passos conduziram-nos à leitura de verbetes consultados em dicionários datados de até dois séculos antes de nosso tempo (década de 2010); a reflexões sobre a história e à memória esburacada de uma das manifestações populares pós-ditatoriais mais peculiares e significativas da América do Sul. Caminhamos, também, sobre os passos já dados na Análise de Discurso e na História das Ideias

Linguísticas, pensando sobre o instrumento linguístico dicionário e o processo de nomeação em uma leitura discursiva. Encaminhando-nos para o ponto que não é final ou chegada, mas, sim, uma “parada” nesse caminho. O momento em que descansamos de tantos passos e propomo-nos a refletir sobre o motivo pelo qual nos é importante compreender o funcionamento da nomeação da *Marcha del Silencio*. A quais caminhos nos levaram este estudo? De onde saímos e onde nos encontramos após esse processo (também discursivo)?

Interessa-nos continuar essa caminhada, porque acreditamos que atribuir um nome a algo faz parte do processo de construir uma identidade para o algo nomeado e proporcionar a identificação do algo consigo mesmo (GUIMARÃES, 2005), pois tomamos a “significação compreendendo-a enquanto prática ideológica (interpretativa)” (ORLANDI, 2003. p. 11). Interessa-nos continuar essa marcha, pois se nomear é, como pensa Orlandi (1993), construir sítios de significância, nomear é mobilizar memória – uma memória “não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2010. p. 50).

Nomear este movimento que clama por “verdade, justicia y nunca más”<sup>13</sup> como *marcha*, implica em mobilizar memórias: da palavra e seus significados, através do conhecimento sobre o nome, estabilizado pelos dicionários, por exemplo; da memória discursiva (PÊCHEUX, 2010, p. 52), em relação aos implícitos que funcionam neste discurso do nome marcha relacionado a estes movimentos de protesto e manifestação popular; da memória social, uma vez que forte, vivo e construído/reconstruído através de “noções comuns aos diferentes membros da comunidade social” (DAVALLON, 2010, p. 25).

As memórias dialogam entre si. De um lado, a memória da marcha de sentidos militaristas, com seus significados estáveis, lembrando-nos palavras de ordem, passos ritmados, “ordem e progresso”, hierarquização do poder e uma política de controle dos sentidos por meio do silenciamento<sup>14</sup> dos sujeitos. Tal marcha funciona, discursivamente, lembrando-nos quase imediatamente de uma memória relacionada ao exército, aparelho de

---

<sup>13</sup> Tal enunciado é encontrado escrito nos cartazes carregados pelos participantes da *Marcha del Silencio*, figurando em diversas edições, conforme pudemos perceber através da observação empírica e das fotografias disponíveis *online*.

<sup>14</sup> A noção de “silenciamento” é buscada na obra *As formas do silêncio* (2007), de Eni Orlandi.

Estado capaz de coagir tanto pela violência quanto pela ideologia. Aparelho que foi capaz de, durante os regimes ditatoriais impostos à América Latina, coagir pela violência física e simbólica, levando sujeitos ao cárcere, ao exílio, ao silêncio e à tumba. Essa marcha, relacionada à memória militar, coloca-nos próximos a um espaço de significância em que se movem sentidos de obediência, sonoridade regrada, ordenamento. Contudo, não podemos ignorar todos os sentidos outros que estão em funcionamento nas brechas, nas memórias de sujeitos tocados pelos acontecimentos históricos e discursivos oriundos desse período. Sentidos dissonantes, sentidos que remetem a memórias que talvez não estejam “oficializadas” pelo discurso da História, mas que resistem, (re)constroem-se e (re)avivam-se passadas para novas gerações: a resistência ao sistema opressor e violento existiu e existe e ela significa até mesmo onde lhe foi negado esse direito.

Do outro lado<sup>15</sup>, temos uma memória já nem tão recente, mas que não conta com a construção de um discurso que dê conta de narrar sua história: a memória de vinte edições de uma marcha urbana (NUNES, 2013), que existe, exatamente, para pedir justiça pelas atrocidades do período ditatorial. A *Marcha del Silencio*, em sua empreitada de, sem bandeiras, cantos ou palavras de ordem, homenagear a vida e pedir justiça pela morte dos presos e desaparecidos do regime ditatorial civil-militar enfrentado pelo país, constrói um discurso de luta e de memória que significa a despeito de sua marginalização pela academia e pelas grandes mídias.

Marcha essa que existe para rebelar-se, não contra as forças armadas, mas contra sua coerção através da violência e contra os efeitos de sua ideologia que, dominante, fez do povo “dominado”<sup>16</sup> peças do seu jogo violento. Deste lado, temos um sítio de significância em que circulam sentidos de revolta, desobediência, de quebra do silêncio imposto, de busca por verdade, de busca por justiça. Só nesse espaço, já teríamos um conflito entre os dois sítios de significância: uma marcha que evoca uma memória militarista e, de outro lado, uma marcha que evoca uma memória de repúdio a atividades militares de outrora.

---

<sup>15</sup> Aqui manifesta-se a inegável não neutralidade dos discursos, quando opomos “em dois lados” os sítios de significância, afetados por nossa memória discursiva do exercício da política como governança, dividida – ilusoriamente – em *direita e esquerda*.

<sup>16</sup> Colocamos entre aspas, pois respeitamos todas as manifestações de resistência, das quais algumas tomamos conhecimento ao longo de nossas pesquisas no Uruguai.

Acreditamos que este efeito de sentido, decorrente da nomeação da *Marcha del Silencio* como marcha, só é possível pois, para a nomeação ocorre um deslizamento de sentidos, do qual nos ocupamos anteriormente: o nome marcha entra em uma ordem de repetição que é rompida, agindo o efeito metafórico que resulta em um uso discursivo deste nome que não mais se filia a uma memória militarista, como prevê o dicionário, mas a uma memória de lutas populares antiditatoriais. Esta nova *marcha* suscita sentidos que ainda não estão dicionarizados, mas que fazem parte de uma memória social (DAVALLON, 2010) e discursiva (PÊCHEUX, 2010).

Adiante, apresentamos uma reflexão inicial sobre o funcionamento discursivo do adjunto adnominal “*del silencio*”, significando um segundo rompimento com os sentidos previstos para *marcha*. Se, segundo os dicionários da RAE, *marcha* está relacionada a toque de instrumento para que marche a tropa, e o marchar da tropa está relacionado a vozes de comando e os passos cadenciados que soam ritmados, temos um sentido de sonoridade em circulação. Esta *marcha* que é *del silencio* rompe novamente com o que significava o termo *marcha* até então: em silêncio, sem vozes de comando, sem gritos de ordem, sem palavras ditas por quem quer que seja.

Tais efeitos de sentido convidam-nos a pensar a *Marcha del Silencio* como uma manifestação cujo *nome* faz evocar sentidos de um sítio em que o militarismo significa com intensidade e, em seguida, faz com que estes sentidos deslizem, metaforizem-se, tornando-se outros. O militarismo deixa de significar em uma esfera unicamente de ordem, hierarquia, instituição nacional, mas assume sentidos relacionados a governos ilegítimos, violentos, autoritários e, mais do que isso, sentidos que fazem trabalhar a memória dos horrores das ditaduras militares na América Latina. A *Marcha del Silencio* e seus sentidos remontam, em um jogo de sentidos, a uma memória de dor e constrói caminhos para a consolidação de uma memória de luta.

Tal relação entre o discurso constituído na nomeação da *Marcha del Silencio* e a(s) memória(s) evocada(s) pelo mesmo nos remetem ao pensado por Pêcheux sobre esta categoria: a memória não seria “uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório” (2010, p. 56), mas a memória, em seu funcionamento discursivo, “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de

retomadas, de conflitos, de regularização [...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos” (*idem*).

A ausência de palavras, mas não de discurso, proposta pela *Marcha de Silêncio*, nos lembra algumas palavras de Mario Benedetti sobre o que precisaria ser feito para falar sobre o que seu povo sofrera durante a ditadura civil-militar:

haverá de se começar outra etapa em que as palavras não serão mais as mesmas e os sujeitos e as preposições e os verbos transitivos e os complementos diretos já não serão os mesmos. Terá mudado a sintaxe, virão novas regras e novas exceções, palavras novíssimas vindas das cinzas (BENEDETTI, 2009, p. 190).

## Referências:

- ACHARD, Pierre. **O papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.
- ALVES, Carolina Fernandes. **O Dicionário de La Real Academia Española e o Dicionário de Uso del Español**: duas ferramentas lexicográficas que se complementam. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1210/1716>>. Acesso em: 28 mai. 2015.
- AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- BENEDETTI, Mario. **Primavera em um espelho partido**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- DAVALLON, Jean. A Imagem: uma arte de memória. In: ACHARD, Pierre. [et al]. **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.
- DEL VALLE, José. **Rebeliones lingüísticas**: sacarle la lengua al poder. Disponível em: <<http://horizontal.mx/rebeliones-linguisticas-sacarle-la-lengua-al-poder/#more-2559>>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.
- HORTA NUNES, José. Marchas Urbanas: das redes sociais ao acontecimento In: DIAS, Cristiane, PETRI, Verli (Orgs.). **Análise de Discurso em perspectiva**. Santa Maria: UFSM, 2013.
- ORLANDI, Eni P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano**: sentido e materialidade digital. Série e-urbano. v. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano>>. Acesso em: 22 jun. 2015.
- \_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**. Campinas, Pontes: 2007.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2013.
- \_\_\_\_\_. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni P. (Org). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003.
- PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. Belo Horizonte, **Varia história**. v. 28, n. 48, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752012000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200002)>. Acesso em: 22 jun. 2015.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethânia Mariani et al. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre. [et al]. **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_. Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso**. Campinas: Unicamp, 2009.

## Dicionários consultados:

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 1884.

\_\_\_\_\_. **Diccionario de la Lengua Española**. 19. ed. Madrid: Espasa, 1970.

\_\_\_\_\_. **Diccionario de la Lengua Española**. 20. ed. Madrid: Espasa, 1984.

\_\_\_\_\_. **Diccionario de la Lengua Española**. 22. ed. Madrid: Espasa, 2001.